

COMENTÁRIO

NOTAS SOBRE O DOCUMENTO DE CRISTOLOGIA DE PUEBLA

João Carlos Nogueira

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

I. INTRODUÇÃO

Sabemos que o documento final de cristologia da Conferência de Puebla surge das várias redações por que passou este documento.

Os temas abordados nele são fundamentalmente os mesmos do Documento de Trabalho (DT), que apresentava a seqüência temática da história da salvação, colocando Jesus Cristo no centro da história.

Todavia, no documento final pode-se advertir uma mudança não indiferente no modo de enfocar o problema. Trata-se do desaparecimento de dois conceitos importantes do DT, o conceito de **reino de Deus** e o de **Jesus evangelizador**. Segundo J. Sobrino, em quem fomos buscar esta informação, com o conceito de reino de Deus desaparece um "conceito bíblico mais abrangente para uma teologia da história".¹ A permuta do conceito de **Jesus evangelizador** pelo de **Jesus conteúdo** da evangelização assinala uma orientação metodológica precisa, de que falaremos pouco adiante.

A primeira redação do documento é característica desta orientação, seguindo um rumo predominantemente doutrinário que será conservado até o fim, com poucas modificações ou acréscimos. Já o próprio título: "A verdade a respeito de Jesus Cristo, Salvador que anunciamos", é sintomático sob este aspecto.

Exporemos aqui alguns pontos básicos para uma compreensão do documento cristológico de Puebla no seu texto e no seu contexto. Iniciaremos com a apresentação da metodologia do documento, para passar em seguida a uma exposição sintética dos seus temas a partir da própria divisão do texto. O passo seguinte será o ensaio de uma análise estrutural do documento nos três níveis: **cognoscitivo**, **objetivo** e **semântico** para terminar numa breve tentativa de **hermenêutica** que releve os problemas fundamentais que emergem do documento e as perspectivas que abre para a reflexão cristológica e a prática pastoral na América Latina.

II. A OPÇÃO METODOLÓGICA DO DOCUMENTO: POR UMA CRISTOLOGIA DOGMÁTICA

1. Tomado no seu todo o documento de cristologia aparece atravessado por dois tipos de preocupação: uma de manter a **integridade** da doutrina sobre Jesus Cristo e outra de mostrar concretamente que o Cristo de que se fala é **Jesus de Nazaré**, o Jesus histórico em toda a sua relevância libertadora.

Entre as duas possibilidades de se apresentar Jesus Cristo, uma **doutrinária** e outra **histórica**, o documento de cristologia de Puebla preferiu a primeira. Disto se ressentem toda a metodologia do documento, que termina por apresentar a totalidade da verdade sobre Jesus Cristo sem integrá-la adequadamente à perspectiva do Jesus histórico. O documento assume, por isto, um tom doutrinário com forte acento universal. Isto, porém, não quer dizer que o documento seja completamente omissivo quanto aos conteúdos fundamentais da história de Jesus. Alguns destes conteúdos estão presentes, mas de maneira muito sucinta e não articulada dialeticamente ao ponto de vista doutrinário, por causa da opção metodológica inicial por uma cristologia dogmática antes que bíblica.

Não tendo sido mantida a tensão entre Cristo considerado como conteúdo da evangelização e Cristo evangelizador, o documento soa um tanto abstrato e não espelha a reflexão teológica e a prática pastoral libertadora em nosso continente. Sem negar nada a respeito de Jesus Cristo tratava-se de relevar aqueles aspectos “que o fazem para nós Boa Nova, Esperança, Salvação presente (libertação), Revelação do desígnio do Pai”.²

2. No ponto de partida do documento há que se lamentar a ausência da metodologia da **Evangelii Nuntiandi** (E.N.). A exortação de Paulo VI, embora citada no documento, não está presente sob seu aspecto metodológico específico. Na E.N. Cristo é também apresentado como conteúdo fundamental da evangelização, mas não em primeiro lugar e como ponto de partida. Este é dado pela consideração de Jesus como **primeiro evangelizador**. “Frequentemente no decurso do Sínodo — diz Paulo VI — os bispos recordaram esta verdade: Jesus mesmo, Evangelho de Deus, foi absolutamente o primeiro e o maior evangelizador. E o foi até o fim, até a perfeição e o sacrifício de sua vida terrena”.³ O ponto de partida é, pois, concreto. Não se parte de uma verdade definida previamente e se chega ao mesmo resultado, vale dizer, à afirmação de **toda** a verdade sobre Jesus Cristo.⁴

J. Sobrino observa com muita justeza que o enfoque metodológico da E.N. traz como conseqüência a afirmação da centralidade do **reino de Deus** e sua predileção pelos pobres. Este mesmo tema, apesar

de mencionado no documento de Puebla, não tem a mesma **importância sistemática** nem idêntica **profundidade** bíblico-teológica. Na perspectiva da E.N. o conceito de reino de Deus e seu anúncio aos pobres se transforma “no conceito-chave” para se compreender a **missão** e a **pessoa** de Jesus, tornando-se assim “o ponto de partida sistemático da cristologia”.⁵

Tendo sido outra a óptica dos seus redatores, o documento cristológico de Puebla assume uma forma eminentemente doutrinal e abstrata, não satisfazendo deste ponto de vista, a expectativa pastoral de uma abordagem concreta capaz de inspirar e alimentar as opções dos cristãos engajados na realidade social.

III. DIVISÃO DO DOCUMENTO: SÍNTESE DOS TEMAS

1.1. Introdução (170 – 181):

a) situação da fé do povo latino-americano em Jesus Cristo (170 – 173);

b) passagem a uma apresentação geral, acentuando-se a necessidade de anunciar a verdade total de Jesus Cristo sem reducionismos (175 – 179);

c) apresenta a verdade da fé sobre Jesus Cristo “como doutrina libertadora” (180).

1.2. O homem “criado maravilhosamente” (182 – 184):

– descrição do plano salvífico de Deus, revelado em Jesus Cristo, que tem o homem como destinatário.

1.3. Do Deus verdadeiro aos ídolos falsos: o pecado (185 – 186):

– a rejeição do amor de Deus por parte do homem e a ruptura da aliança.

1.4. A promessa (187):

– a retomada do diálogo pela iniciativa divina.

1.5. “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo. 1,14): a Encarnação (188 – 189).

1.6. Ditos e fatos: A vida de Jesus (190 – 193):

– alguns momentos importantes da vida e da missão de Jesus.

1.7. O mistério pascal: morte e vida (194 – 197):

a) a realização da vontade do Pai na aceitação livre da morte na cruz;

b) a ressurreição como exaltação de Cristo e sua presença na Igreja;

c) o reino de Deus instaurado no centro da história humana.

1.8. Jesus envia seu Espírito de filiação (198 – 201):

a) a efusão do Espírito Santo e a interiorização da nova aliança no coração dos fiéis;

b) A A.L. deve renovar e viver esta aliança pela graça do Espírito que continua suscitando anseios de salvação libertadora no coração do nosso povo.

1.9. Espírito de verdade e de vida, de amor e liberdade (202 – 204):

– o Espírito Santo, que nos guia para a verdade e que é o principal evangelizador e “doador de vida”, é Espírito de amor e liberdade.

1.10. O Espírito reúne na unidade e enriquece na diversidade (205 – 208):

a) como Cristo difunde sobre todos o seu Espírito, assim também a ação apostólica deve abranger todos os homens;

b) o Espírito unificador da Igreja na comunhão e no serviço a provê dos carismas necessários;

c) sua ação alcança mesmo aqueles que não conhecem Cristo.

1.11. Consumação do desígnio de Deus (209 – 210):

a) A Igreja, enquanto peregrina, reconhece humildemente os seus erros e pecados;

b) descrição da realidade trinitária.

1.12. Comunhão e participação (211 – 219):

a) as raízes últimas da nossa comunhão e participação;

b) a vida divina como vida trinitária participada à humanidade por meio de Cristo;

c) a comunhão com Deus leva a instaurar a comunhão entre os homens em toda a dimensão do seu ser pessoal e social;

d) a evangelização como chamada a participar à comunhão trinitária e à libertação de toda a criação.

IV. OS TRÊS NÍVEIS DE ANÁLISE DO DOCUMENTO

1. **Nível cognoscitivo** ou da manifestação do texto. O tema central do documento é **Jesus Cristo Salvador**. O ponto de partida é o empenho em expor com toda a clareza e em toda a sua extensão a **verdade** sobre Jesus Cristo. “É dever nosso – afirma os bispos – anunciar claramente, sem deixar dúvidas ou equívocos, o mistério da encarnação:

tanto a divindade de Jesus Cristo, tal como a professa a fé da Igreja, quanto a realidade e a força da sua dimensão humana e histórica".⁶

O prisma, através do qual é apresentada a figura de Jesus Cristo, será por conseguinte dogmático-doutrinal. Esta visão não é casual. Atende a uma preocupação presente, entre muitos bispos, em Puebla, de tomar posição em relação à teologia da libertação interpretada, injustificadamente, como reducionista. Daqui a posição do documento que faz apelo a uma teologia que fosse, ao mesmo tempo, o máximo possível segura e explicitadora das verdades de fé. "Há uma visível preocupação pela ortodoxia, o que confere aos textos um caráter abstrato e sem aderência concreta em termos de suscitar ânimo, amor, compromisso. Vigora uma espécie de mecanicismo da sã doutrina: garantida esta, as práticas justas seguir-se-iam por si mesmas; evidentemente é ingênuo conceber nestes termos a relação teoria-prática".⁷

Examinaremos, a seguir, alguns elementos que servirão para exemplificar a presença desta perspectiva no texto.

a) Em primeiro lugar pode-se notar a ausência da noção mais histórica e abrangente de Reino de Deus no nº 182, onde se descreve o plano divino de salvação oferecido aos homens. No seu lugar aparece a noção de **comunidade divina de amor**. Eis o texto de Puebla: "A Sagrada Escritura nos ensina que não somos nós, os homens, os que amamos primeiro. Foi Deus quem primeiro nos amou. Ele planejou e criou o mundo em Jesus Cristo, sua própria imagem inciada. Ao fazer o mundo, Deus criou os homens para que participássemos desta comunidade divina de amor: o Pai com seu Filho Unigênito no Espírito Santo".⁸

b) A apresentação do mistério da Encarnação é demasiado abstrata parecendo mais uma compilação de verdades genéricas sobre o Filho de Deus feito homem. A figura de Jesus que participa de nossa história real e condivide a fragilidade de nossa carne, fazendo-se solidário conosco no sofrimento, conforme a perspectiva da Carta aos Hebreus, não aparece no texto. (nº 188)

c) A exposição sobre a vida de Jesus é rápida e sintética demais (190 – 191), quando seria de esperar uma exposição dos traços de Jesus histórico que mais correspondesse à nossa situação histórico-social e significasse denúncia radical de sua desumanidade.

d) Os traços dolorosos do "servo de Javé" (191) que aparecem em Cristo têm apenas um caráter passivo. Não se enfoca o aspecto positivo do servo que "intenta implantar a justiça e o direito", quebrando assim "a dialética típica do servo de Javé e de Jesus, entre a sua missão ativa e positiva de implantar o direito num mundo conflitivo e a sorte que se lhe toca por isto".⁹

e) Faz-se ver a Ressurreição de Jesus no seu aspecto de **exaltação**. “Por isto o Pai ressuscita o seu Filho de entre os mortos. Eleva-o gloriosamente à sua destra. Cumula-O com a força vivificante do seu Espírito. Estabelece-o como Cabeça de seu Corpo que é a Igreja. Constitui-O Senhor do mundo e da história”.¹⁰ Não se fala da ressurreição no sentido de **confirmação** da vida de Jesus.

f) A ação do Espírito Santo é vista na linha da interiorização nos corações, da nova aliança entre Deus e os homens. “A aliança nova que Ele estabeleceu com seu Pai interioriza-se pelo Espírito Santo, que nos dá a lei da graça e da liberdade que Ele próprio escreveu em nossos corações”.¹¹

2. **Nível objetivo**: trata-se, antes de mais nada, de individuar no texto que estamos examinando o **antiprograma** que o anima. Dado o enfoque geral do documento aparece claro que se trata de evitar visões doutrinárias redutoras sobre Jesus Cristo.

Havia uma espécie de medo difuso das cristologias que se elaboram na América Latina sob o ângulo da libertação, sob as quais pesava a suspeição-infundada o mais das vezes — de caírem no reducionismo — dogmático. Tanto é verdade que se evitou dar o título de **libertador** a Jesus Cristo, como se, com isto, se sancionassem os rumos da teologia que se qualifica como libertadora ou da libertação.

Em sintonia com esta visão o **programa** que o documento quer promover afigura-se, desde logo, muito nítido: trata-se de elaborar uma declaração doutrinária que parta das afirmações bíblicas e magisteriais sobre a pre-existência de Jesus em força de sua filiação divina. Jesus é o Filho Unigênito de Deus feito homem. Nesta moldura genérica incluem-se alguns elementos fundamentais da vida terrena de Jesus, tais como o anúncio do reino de Deus, a preferência de Jesus pelos pobres, as bem-aventuranças, o apelo à conversão e ao seguimento de Cristo, o fato de ter tomado sobre si os nossos pecados como servo sofredor, a sua elevação como Senhor do mundo e centro da história.

3. **Nível semântico**: os vocábulos com que se expõe a verdade a respeito de Jesus Cristo indicam que se escolheu, como ponto de partida, não “a idéia feita carne” mas a idéia **genérica** sobre Jesus Cristo. Tal perspectiva de exposição da verdade, a partir de cima, ressoa no texto através de expressões de teor prevalentemente abstrato. Tais são, por exemplo, os termos que descrevem a Encarnação do Verbo no nº 188. Fala-se de “plenitude dos tempos”, de Deus Pai que **envia ao mundo seu Filho**, o qual **assume a realidade humana e a criação para restabelecer a comunhão** entre seu Pai e os homens.

Na apresentação da **conversão** (190) e do **seguimento de Cristo** (192) a primeira é exposta através da citação de Mc 1,15 e a

segunda é descrita genericamente como um **caminho** “que não é **auto-afirmação arrogante** do **saber** ou do **poder** do homem nem ódio ou violência, mas **doação desinteressada** e **sacrificada do amor**”.

Quanto à Ressurreição do Senhor se diz que “o Pai **ressuscita** a seu Filho de entre os mortos” e O **eleva à sua direita**, replegando-O com o dom do seu Espírito e constituindo-O como **cabeça da Igreja**, que é o seu **corpo** (195). Nesta mesma linha verticalista faz-se ver a missão do Espírito nos fiéis. Os termos de **aliança nova** estabelecida por Cristo com o Pai e **interiorizada** pela ação do Espírito no íntimo dos cristãos, movem-se na linha de um movimento descendente que vem de Deus ao homem. (199) Igualmente a descrição da vida trinitária de Deus no nº 210 não foge a esta óptica. “Jesus Cristo **procurou sempre a glória do Pai e consumou sua entrega a E e na cruz... Ira ao Pai**: nisto consistiu o caminhar terreno de Jesus Cristo. A partir de então, ir ao Pai é o caminhar terreno da Igreja, povo de irmãos” etc.

Esta pequena amostragem, no plano semântico, parece-nos característica de certa mentalidade e preocupação predominantes entre os redatores do documento cristológico de Puebla.

V. HERMENÊUTICA: BREVE INTERPRETAÇÃO E PERSPECTIVAS

Embora a metodologia do documento se mova a partir da **doutrina** sobre Jesus Cristo, isto não impediu que aparecessem no texto importantes elementos de Jesus histórico. Relevemos alguns deles: 1) Jesus “nasceu e viveu pobre no meio do seu povo de Israel”; 2) anuncia que “chegou o reino de Deus”, por isso é preciso **converter-se** e **crer** no Evangelho: “convertei-vos e crede no Evangelho” (Mcl, 15); 3) é “ungido pelo Espírito Santo para anunciar o Evangelho aos povos, para proclamar a liberdade dos cativos, a recuperação da vista aos cegos e a libertação dos oprimidos”; 4) confia-nos “com as bem-aventuranças e o Sermão da Montanha, a grande proclamação da Nova Lei do Reino de Deus”.¹² Além disso: 5) carrega como **servo sofredor de Javé** os nossos pecados¹³: “Entretanto, as forças do mal rejeitam este serviço de amor: é a incredulidade do povo e de seus parentes, são as autoridades políticas e religiosas de seu tempo e a incompreensão de seus próprios discípulos. Acentuam-se então em Jesus os traços dolorosos do “Servo de Javé”, de que se fala no livro do profeta Isaías (Is 53.) Com amor e obediência total ao Pai, expressão humana de seu eterno caráter de Filho, empreende seu caminho de doação abnegada, repelindo a tentação do poder político e de todo recurso à violência”. 6) É exaltado como Senhor do mundo e centro da história.¹⁴

Creemos que, aprofundando estes conteúdos, pode-se chegar à elaboração de uma cristologia mais bíblica e histórica, que além de

recolher os ricos contributos da reflexão teológica na A.L., seja inspiradora de nossos movimentos pastorais na linha da libertação.

Semelhante cristologia, por outro lado, não está completamente ausente no Documento Geral de Puebla. Encontramo-la implícita nos textos pastorais, onde avulta a figura de **Jesus libertador**, cuja opção preferencial pelos pobres o leva a identificar-se com os deserdados da terra e a anunciar a libertação definitiva da criação no reino do seu Pai.¹⁵

Como o mostrou muito bem Sobrinho, há vários elementos na cristologia explícita de Puebla que precisariam ser aprofundados. Tal é o caso do tema fundamentalíssimo da “presença atual de Cristo nos pobres” segundo o famoso texto de Mt 25.¹⁶ O mesmo se diga em relação ao “caráter de exigência desta presença” no meio dos homens para realizar o que S. Paulo afirma da necessidade que nos incumbe, enquanto cristãos, de completar em nós o que falta à Paixão de Jesus Cristo, enquanto esperamos, entre as dores de que geme e grita a criação, a **plenitude** prometida na consumação escatológica. “Trata-se — afirma belamente Sobrinho — de ser em verdade seu corpo, de celebrar essa realidade na liturgia e de vivê-la na história concreta. Desta forma conheceremos e creemos em Cristo a partir de dentro, sendo seu corpo. Conhecê-lo-emos por afinidade na medida em que nos vamos fazendo como Ele; reconhecê-lo-emos como o Filho eterno do Pai na medida em que nos vamos tornando filhos no Filho”.¹⁷

O documento de cristologia, sem dúvida, teria podido dizer coisas mais adequadas e inspiradoras para a prática pastoral no continente. Todavia, não deixa de ser provocante pelas exigências que afirma e pelas perspectivas que permite abrir e convida a seguir. Com efeito, a afirmação da verdade total a respeito de Jesus Cristo não é descabida nem supérflua, mas deveria, ao contrário, servir de estímulo a um aprofundamento teológico-espiritual sempre maior e mais exigente do mistério de Cristo, para colocá-lo como fundamento da práxis de libertação dos cristãos latino-americanos. O cristão, cuja fé se concentra no mistério de Cristo, sabe que a tarefa fundamental de sua existência de crente é lutar para a libertação humana, de forma que o Reino prometido por Jesus se realize já nas vicissitudes da história.

Neste sentido são extremamente relevantes e mais estimulantes do que na cristologia explícita, as indicações da cristologia implícita em textos como o da **Opção Preferencial pelos pobres**, da **Vida Consagrada** e do **Ministério hierárquico**. Afinal, há aqui uma verdade que não podemos esquecer: uma cristologia elaborada de modo sistemático e disciplinado é, sem dúvida, importante; contudo, mais importante ainda é a cristologia em ação na vida e na prática pastoral do cristão. Como diz egregiamente Sobrinho: “A cristologia nunca existiu para ser pensada, embora tenha que

sê-lo, mas para ser realizada na vida real da Igreja".¹⁸ O que se nos pede efetivamente, enquanto Igreja, em nossa situação histórica, é que sejamos testemunhas fiéis e realizadores audazes da libertação que Jesus Cristo nos trouxe.

NOTAS:

- (1) J. SOBRINO: Puebla: serena afirmación de Medellín. Cristologia, Col. IGLESIA NUEVA, Indo-American Press Service, Bogotá, 1979, p. 42.
- (2) LEONARDO BOFF: Puebla: ganhos, avanços, questões emergentes, REB/39, fasc. 153, 1 979, p. 54.
- (3) E. N., Ed. Paoline, Roma 1975, nº 7, p. 8.
- (4) Cf. E.N., nº 6.
- (5) J. Sobrino: op. cit., p. 44.
- (6) PUEBLA: A Evangelização no presente e no futuro da A.L., texto oficial da CNBB, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979, nº 175, p. 94.
- (7) L. BOFF: art. cit., p. 46.
- (8) PUEBLA: nº 182, pp. 95 – 96.
- (9) J. SOBRINO: op. cit., p. 54
- (10) PUEBLA: nº 195.
- (11) Id., nº 199.
- (12) PUEBLA, nº 190.
- (13) Id., nº 192.
- (14) Id., nº 195.
- (15) Cf. L. BOFF: art. cit., p. 48.
- (16) J. SOBRINO: op. cit., p. 57.
- (17) Ib.
- (18) Ib.